

LUIZ WEIS

Educação

*O Brasil dos 99%*

ESTADO DE SÃO PAULO

**S**e apenas 1% dos alunos que terminam o 2º grau sabe Português como se deve, reprovada está não apenas a escola — mas a sociedade inteira. É cômodo, mas equivocado, debitar o vexame exclusivamente aos governos. Culpa eles têm de sobra, sem dúvida: pela miséria que pagam aos professores, pelo tipo de professor que, em consequência, essa ninharia pode comprar e pelo atraso de vida que é a mumificada estrutura do ensino público, com sua inclinação ao desperdício e seu horror à inovação.

Mas tudo isso é fruto da miopia com que a sociedade enxerga o tema educação e, daí, do que vem deixando de fazer em benefício dela (e, portanto, seu), ao menos desde que o sistema entrou em crise, por não se adaptar à tremenda ampliação do acesso à escola nos últimos 20 anos.

Salvo exceções, nem as elites nem o povo parecem ter aprendido (ou, se aprenderam, agem como se não) que, para ser satisfatória, a educação precisa de mais do que políticas, verbas, instituições e pessoas adequadas: para turbinar a descomposta máquina do ensino é preciso, antes, uma parceria entre a escola e a população; ou, no mínimo dos mínimos, entre cada escola e a família de seus alunos. É falso que um povo com baixo nível de escolaridade pouco pos-



**A escola é o supremo instrumento de progresso individual, social e nacional**

sa nesse sentido. Ninguém precisa ser doutor para ajudar a melhorar a educação, quando se tem consciência do que ela vale e se sabe ao certo do que ela depende para funcionar. Provas disso existem aos montes, pelo mundo afora.

Uma clássica pesquisa sobre o rendimento escolar de crianças negras e brancas no Sul dos EUA, nos anos 60, por exemplo, mostrou que, embora as escolas "negras" fossem em todos os sentidos piores que as "brancas", nem por isso todos os alunos negros aprendiam menos do que todos os

brancos. Os melhores eram os estudantes, brancos ou negros, cujos pais acompanhavam de perto sua vida escolar — mesmo quando fossem tão ou mais iletrados que os filhos. Essas famílias, decerto, não tinham como julgar se o currículo era apropriado ou se o conteúdo de cada disciplina era o ideal. Mas, ao se manter informadas sobre o dia-a-dia na sala de aula e achar tempo para ir com alguma freqüência à escola conhecer os seus problemas, elas conseguiam influir decisivamente no desempenho de estudantes, professores e funcionários.

Isso no varejo. No atacado, nenhum país, capitalista ou socialista, e nenhum governo, democrático ou autoritário, teve êxito neste século em estender o ensino gratuito a parcelas crescentes da população e ampliar o

tempo de escolaridade, mantendo aceitável o padrão do aprendizado, sem que, dos mais iluminados aos mais simples, toda a nação estivesse convencida de que o ensino é a prioridade das prioridades. Essa certeza só pode vir da percepção de que a escola é o supremo instrumento de progresso individual, social e nacional. E gera o claro entendimento de que, pela própria natureza da atividade educativa, o sistema só dá conta do recado na base de responsabilidades compartilhadas.

No contrato social que faz a escola florescer, as partes são ao mesmo tempo credoras e devedoras umas das outras. Ao Estado incumbe dar o melhor ensino a toda a população em idade de aprender. A sociedade deve ao Estado o envolvimento sem o qual ele não cumprirá a tarefa. Fiscalizar o Estado é apenas o ponto de partida dessa participação. O direito à boa educação exige do povo algo mais do que isso. Porque o fato de ser o Estado o provedor por excelência do ensino não torna esse ensino *estatal* no sentido em que uma rede elétrica pode ser estatal. O ensino é sempre *público* — pois se dá naquele espaço que os sociólogos denominam intersecção da sociedade civil com a sociedade política. Os tanques do Exército e os computadores do Fisco também pertencem ao povo. Mas, ao contrário da escola, não dependem das atenções do povo para fazer o que deles se espera.

Os brasileiros talvez tenham tardado mais que os franceses de 1789, ou os imigrantes que fizeram a América, ou os tigres asiáticos da atualidade a valorizar a educação como instrumento insubstituível de

mobilidade social, progresso econômico e expansão das oportunidades. Falta-nos agora descobrir que o governo, sozinho, não tem todos os remédios para curar a escola pública. Se, para refazer a malha rodoviária, o Estado precisa do setor privado, com muito mais razão precisa da sociedade para reconstruir a educação pública. No caso da estrada, por dinheiro. No caso do ensino, por gerência. Porque essa reconstrução significa descentralizar o sistema a tal ponto que cada estabelecimento de 1º e 2º grau, sempre público e gratuito, mas já então autônomo, possa ser *adotado* por uma parcela da população, o que inclui desde as famílias diretamente interessadas até as instâncias de expressão e articulação da coletividade — grupos de vizinhança, igrejas, entidades profissionais, empresas, ONGs, clubes, o que for.

Nesse movimento de apropriação de algo que, a rigor, é seu por definição, a sociedade não substituirá os governos, muito menos se tornará cúmplice de seus erros. Cuidará, isso sim, de descobrir o que vai mal, em cada caso, começando pela condição das instalações e dos equipamentos de ensino, e tratará de corrigir o que for preciso, por ter autonomia financeira, administrativa e pedagógica para tanto. O Estado continuará a planejar, conduzir, avaliar e pagar o processo de ensino. A sociedade, chamada a participar, estimulará os professores a trabalhar melhor — porque serão premiados de acordo com o desempenho de seus alunos. Será o Brasil dos 99% capaz dessa revolução?

■ Luiz Weis é jornalista